

Certifico que, por escritura de 24 de Maio de 2004, lavrada de fls. 3 a fls. 3 v.º, do livro n.º 394-B, do 2.º Cartório Notarial de Leiria, foi efectuado o registo da dissolução e encerramento da liquidação, relativamente à sociedade em epígrafe, com data da aprovação das contas de 24 de Maio de 2004.

Está conforme o original.

29 de Junho de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria Fátima Simões Miranda Campos*. 2001473664

JOSÉ CARLOS S. MENDES COELHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Figueiró dos Vinhos. Matrícula n.º 474/20010116; identificação de pessoa colectiva n.º 505098830; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 7/20040607.

Certifico que, por escritura de 27 de Maio de 2004, lavrada de fls. 130 a fls. 130 v.º, do livro n.º 55-C, do Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos, foi efectuado o registo da dissolução e encerramento da liquidação, relativamente à sociedade em epígrafe, com data da aprovação das contas de 27 de Maio de 2004.

Está conforme o original.

22 de Junho de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria Fátima Simões Miranda Campos*. 2001473630

TÁXI PASSOS QUINTAS — SOCIEDADE UNIPessoal, L.ª

Sede: Rua do Dr. Manuel Simões Barreiros, Figueiró dos Vinhos

Conservatória do Registo Comercial de Figueiró dos Vinhos. Matrícula n.º 514/20021220; identificação de pessoa colectiva n.º 506413217; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 4/20040607.

Certifico que, por escritura de 25 de Maio de 2004, lavrada de fls. 125 a fls. 125 v.º, do livro n.º 55-C, do Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos, foi efectuado o registo da dissolução e encerramento da liquidação, relativamente à sociedade em epígrafe, com data da aprovação das contas de 25 de Maio de 2004.

Está conforme o original.

23 de Junho de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria Fátima Simões Miranda Campos*. 2001473648

TÁXI EDUARDO DAVID, L.ª

Sede: Castanheira, Arega, Figueiró dos Vinhos

Conservatória do Registo Comercial de Figueiró dos Vinhos. Matrícula n.º 484/20010831; identificação de pessoa colectiva n.º 505489732; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 9/20040607.

Certifico que, por escritura de 25 de Maio de 2004, lavrada de fls. 86 a fls. 86 v.º, do livro n.º 46-D, do Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos, foi efectuado o registo da dissolução e encerramento da liquidação, relativamente à sociedade em epígrafe, com data da aprovação das contas de 25 de Maio de 2004.

Está conforme o original.

28 de Junho de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Maria Fátima Simões Miranda Campos*. 2001473656

LEIRIA

PARAÍSO & RODA, L.ª

Sede: Largo do Padre António Antunes Faria, 11, Pousos, Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 4762; identificação de pessoa colectiva n.º 503417734; número e data da apresentação: D-1628/12082003.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas da sociedade em epígrafe, referentes ao ano de exercício de 2002.

Conferida, está conforme.

12 de Julho de 2004. — A Conservadora, *Ana Maria Gomes Sousa*. 2005101982

CARLOS SANTOS CRUZ, UNIPessoal, L.ª

Sede: Rua da Base Aérea, 130, Pedrulheira, Amor, Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 8060; identificação de pessoa colectiva n.º 505795108; número e data da apresentação: D-1627/12082003.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas da sociedade em epígrafe, referentes ao ano de exercício de 2002.

Conferida, está conforme.

12 de Julho de 2004. — A Conservadora, *Ana Maria Gomes Sousa*. 2005100382

AUSTEVEL — SISTEMAS DE ANTENAS E ELECTRODOMÉSTICOS, L.ª

Sede: Estrada da Base Aérea 5, 301, loja, esquerda, Monte Real

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 8460; identificação de pessoa colectiva n.º 504677551; número e data da apresentação: D-1618/08082003.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas da sociedade em epígrafe, referentes ao ano de exercício de 2002.

9 de Julho de 2004. — A Ajudante, *Gracinda Neves Francisco*. 2002752540

AUTO LEIRIA, S. A.

Sede: Rua do Dr. João Soares, 2400-448 Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 120; identificação de pessoa colectiva n.º 500035563; número e data da apresentação: D-1617/08082003.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas da sociedade em epígrafe, referentes ao ano de exercício de 2002.

9 de Julho de 2004. — A Ajudante, *Gracinda Neves Francisco*. 2002752516

SONARTIS — COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO ELECTRÓNICO, UNIPessoal, L.ª

Sede: Estrada de Leiria, 241, Valada de Fátima, Santa Catarina da Serra, Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 7580; identificação de pessoa colectiva n.º 505445840; número e data da apresentação: D-1626/08082003.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas da sociedade em epígrafe, referentes ao ano de exercício de 2002.

Conferida, está conforme.

9 de Julho de 2004. — A Conservadora, *Ana Maria Gomes Sousa*. 2002752567

FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE LEIRIA

Sede: Rua da Cooperativa, São Romão, Pousos, Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 16/990930; identificação de pessoa colectiva n.º 504603205; inscrições n.ºs 5 e 6; números e data das apresentações: 5 e 6/20040706.

Certifico que, relativamente à sociedade em epígrafe, foram designados os membros da direcção para o triénio de 2003-2005:

Direcção: presidente — Maria Susana de Oliveira Fonseca Nogueira; vice-presidente — Mário Marques Ribeiro.

Certifico ainda que foram alterados os estatutos, tendo em consequência os outorgantes:

a) Maria Susana de Oliveira Fonseca Nogueira, divorciada, natural da freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, residente na Urbanização do Vale da Cabrita, lote 36, 4.º, direito, Leiria; e

b) Lino Duarte da Silva Ferreira, casado, natural da freguesia de Regueira de Pontes, concelho de Leiria, residente na Estrada dos Marinheiros, 36, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria.

Que, outorgam em representação da Fundação Escola Profissional de Leiria, com sede na Rua da Cooperativa, lugar de São Romão, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, número de identificação de pessoa colectiva 504603205, da qual são respectivamente, presidente da direcção e vice-presidente da comissão permanente.

E declaram que é a seguinte a redacção dos estatutos alterados:

Estatutos

Preâmbulo

A Fundação Escola Profissional de Leiria, constitui-se com o objecto de assegurar a consolidação do projecto da EPL, abrindo-o à participação de instituições e pessoas singulares, aprofundando a inserção da escola na região e reforçando os meios indispensáveis ao desenvolvimento das actividades de formação profissional inicial e contínua, actividades de inserção na vida activa e outras a que a EPL se vem dedicando ou que, no futuro, seja útil realizar na prossecução dos fins da Fundação.

CAPÍTULO I

Denominação, natureza, sede e fins

ARTIGO 1.º

Denominação e natureza

A Fundação Escola Profissional de Leiria, adiante designada por Fundação, é uma instituição privada de interesse social local e de utilidade pública, instituída por tempo indeterminado, com início na data do respectivo reconhecimento.

ARTIGO 2.º

Sede

A Fundação tem a sua sede na Rua da Cooperativa, lugar de São Romão, da freguesia de Pousos, do concelho de Leiria, podendo o conselho da Fundação, deliberar a sua mudança dentro do concelho de Leiria e a criação de delegações ou outras formas de representação onde for julgado conveniente para a prossecução do seu fim e actividade.

ARTIGO 3.º

Fins

1 — A Fundação tem por fim a realização de actividades de formação profissional inicial, contínua, actividades de inserção na vida activa e a promoção do desenvolvimento cultural, social e económico do concelho de Leiria e da região.

2 — Com fim específico, a Fundação assegurará as condições institucionais necessárias ao desenvolvimento da Escola Profissional de Leiria.

3 — Serão ainda fins da Fundação, outras actividades no âmbito da educação e formação, que se mostrem úteis à região e sejam compatíveis com as condições e meios disponíveis.

ARTIGO 4.º

Integração no sistema educativo

As actividades a desenvolver com vista à prossecução do fim específico da Fundação integrar-se-ão no âmbito do sistema educativo, designadamente, na área do ensino técnico-profissional e artístico e do sistema de formação profissional.

ARTIGO 5.º

Filiação e cooperação com instituições congéneres

A Fundação pode, por deliberação do conselho da Fundação, filiar-se ou por deliberação da direcção, estabelecer acordos de cooperação com instituições nacionais ou internacionais.

CAPÍTULO II

Instituidores e aderentes

ARTIGO 6.º

1 — A Câmara Municipal de Leiria e a Associação Comercial e Industrial de Leiria, promotores da Escola Profissional de Leiria, são instituições da Fundação.

1.1 — Cada instrutor poderá dispor de um lugar por inerência da comissão permanente do conselho da Fundação, se não tiver representantes eleitos nos órgãos.

1.2 — Nas grandes questões da vida da Fundação, nomeadamente, alterações de fundo no projecto, novas actividades, aquisição ou venda de património e extinção da Fundação, os instituidores disporão de direito de veto.

2 — Todas as outras pessoas singulares ou colectivas que venham a integrar a Fundação serão consideradas aderentes.

3 — Os aderentes serão admitidos pelo conselho da Fundação, sob proposta da comissão permanente, sendo os pedidos de adesão decididos na sua reunião anual.

CAPÍTULO III

Regime patrimonial e financeiro

ARTIGO 7.º

Património

O património da fundação é constituído por:

1) Fundo inicial, constituído por:

a) Bens móveis e imóveis, inventariados à data da sua constituição, anexos ao balanço, valorizados nas rubricas de existências, imobilizados corpóreos e incorpóreos;

b) Valores acumulados à data da sua constituição nas contas de prestações sociais, capital social, reservas acumuladas e resultados transitados;

c) Dotações efectuadas para o efeito pelos instituidores e aderentes.

2) Os resultados decorrentes da gestão do seu património, das receitas provenientes da prestação de serviços no âmbito da sua actividade, dos donativos, subsídios ou contributos que lhe venham a ser concedidos, dos direitos que venha a adquirir de outros, deduzidos dos encargos decorrentes da sua actividade, provisões e amortizações legais e que serão apurados anualmente, serão transferidos por proposta do conselho fiscal e após aprovação pelo conselho da Fundação, para o fundo de reserva da Fundação.

ARTIGO 8.º

Composição do fundo

O fundo inicial compõe-se à data da sua constituição, pelos seguintes valores integralmente subscritos:

Câmara Municipal de Leiria, com 50 000 euros; e
Associação Comercial e Industrial de Leiria, com 5000 euros.

ARTIGO 9.º

Aumentos do fundo

1 — O fundo de reserva da Fundação, poderá ser alterado por:

a) Reforço, por parte de qualquer instituidor ou aderente, da sua dotação;

b) Dotação resultante da admissão de novos aderentes;

c) Transferências da conta de resultados líquidos, por proposta do conselho fiscal e após aprovação do conselho da Fundação, tendo em conta o n.º 2 do artigo 7.º.

2 — A deliberação para aumento do montante do fundo, nos termos das alíneas a) e c) do número anterior, compete ao conselho da Fundação.

ARTIGO 10.º

Investimentos

Por deliberação do conselho da Fundação e por proposta do conselho fiscal aquando da proposta de aprovação de resultados, será efectuada a investimentos do ano seguinte, uma parcela não inferior a 50% da verba a transferir anualmente da conta de resultados líquidos para o fundo de reserva da Fundação, assim constituído:

Fundo de reserva da Fundação:

Fundo de reserva inicial — Instituidores;

Fundo de reserva — Aderentes;

Fundo de reserva — Reforço instituidores e aderentes;

Fundo de reserva — Transferências de resultados;

Fundo de reserva — Provisões para investimentos.

ARTIGO 11.º

Alteração do fim ou extinção da Fundação

1 — Compete ao conselho da Fundação, por sua iniciativa ou sob proposta da direcção, deliberar sobre alteração do objecto da Fundação ou sua extinção, nos termos dos presentes estatutos e da legislação aplicável.

2 — Em caso de extinção da Fundação, será formada uma comissão liquidatária, composta pelos presidentes da comissão permanente, direcção, conselho fiscal e revisor oficial de contas.

2.1 — O conselho da Fundação, poderá ainda nomear outros membros para fazerem parte da comissão liquidatária.

3 — Apurados os activos e passivos, compete à comissão liquidatária, liquidar as dívidas existentes utilizando os meios financeiros que se mostrem disponíveis.

3.1 — No caso de os meios financeiros disponíveis não serem suficientes para regularizar o passivo, a liquidação será efectuada por rateio percentual.

CAPÍTULO IV

Organização e funcionamento

ARTIGO 12.º

Organização

São órgãos da Fundação:

- a) O conselho da Fundação;
- b) A comissão permanente;
- c) A direcção;
- d) O conselho fiscal;
- e) O conselho consultivo.

ARTIGO 13.º

Composição e estrutura do conselho da Fundação

O conselho da Fundação é composto pelos instituidores e aderentes, fazendo-se as pessoas colectivas representar por mandato expresse.

ARTIGO 14.º

Competência do conselho da Fundação

1 — Ao conselho da fundação competem, nos termos dos presentes estatutos, os mais amplos poderes para estabelecer a política geral da Fundação e, nomeadamente:

- a) Aprovar o orçamento e o plano anual de actividades;
- b) Aprovar o relatório anual de actividades, o balanço e contas de cada exercício e o relatório do conselho fiscal;
- c) Deliberar sobre as propostas de admissão;
- d) Deliberar sobre alterações aos estatutos, sobre os fins da Fundação ou sua extinção;
- e) Eleger e nomear os titulares dos órgãos da Fundação, de acordo com os estatutos;
- f) Aprovar o regulamento interno da Fundação.

2 — As deliberações respeitantes ao aumento do valor do fundo, à alteração dos estatutos e às propostas de designação ou de exoneração dos titulares dos órgãos da Fundação, carecem de deliberação por maioria qualificada de quatro quintos dos votos correspondentes ao valor nominal total do fundo.

3 — A exclusão de qualquer dos aderentes, por atitudes ou comportamentos seriamente prejudiciais ao bom nome da Fundação, devidamente comprovados, carecem de deliberação por maioria qualificada de dois terços dos votos correspondentes ao valor nominal total do fundo.

ARTIGO 15.º

Reuniões do conselho da Fundação

1 — O conselho da Fundação reunirá anualmente ou sempre que o interesse da Fundação o exija.

2 — O conselho da Fundação é presidido por uma comissão permanente composta por:

- a) Três membros eleitos;
- b) Dois designados por inerência, em representação de cada um dos instituidores, nas condições previstas no n.º 1.1 do artigo 6.º;
- c) Presidente da direcção.

2.1 — Constituída a comissão permanente, o conselho empossará um presidente, um vice-presidente e um vogal de entre os membros eleitos;

2.2 — Os representantes não eleitos dos instituidores, se os houver, desempenharão funções de vogais;

2.3 — O presidente da direcção desempenhará as funções de secretário;

2.4 — O mandato da comissão permanente é de três anos.

3 — A perda da qualidade de representante de membro do conselho da Fundação, por parte do presidente, do vice-presidente ou vogais, envolve a cessação das respectivas funções, dando lugar à eleição intercalar ou substituição até ao fim do mandato, regime igualmente aplicável nos casos de vacatura de cargos elegíveis que ocorram em qualquer outro órgão.

4 — O conselho considera-se validamente reunido com a presença de membros, cujas dotações nominais para o fundo representem, no seu conjunto, mais de metade do seu valor.

5 — Salvo nos casos em que seja exigida maioria qualificada, as deliberações do conselho são tomadas à pluralidade dos votos.

6 — Cada pessoa singular ou colectiva, disporá de um voto por cada fracção de 250 euros, do valor nominal da sua dotação para o fundo, não podendo porém, nenhuma delas deter mais de 50% dos votos correspondentes ao valor total do fundo, independentemente do valor da sua participação nele.

7 — As funções dos membros eleitos da comissão permanente, são exercidas com direito a senhas de presença, nos termos da lei e de acordo com os limites estabelecidos pelo Ministério da Educação.

ARTIGO 16.º

Competências e funcionamento da comissão permanente

1 — Compete à comissão permanente:

- 1.1 — Dirigir as reuniões do conselho da Fundação;
- 1.2 — Definir as linhas gerais da organização da Fundação;
- 1.3 — Submeter à apreciação do conselho da Fundação, o plano de actividades e orçamento;

1.4 — Submeter à aprovação do conselho da Fundação, o relatório anual de actividades, o balanço e contas de cada exercício e o relatório do conselho fiscal, coincidente com o ano civil;

1.5 — Administrar o património da Fundação, podendo contratar empréstimos e conceder subsídios com vista à prossecução dos fins e actividades da Fundação;

1.6 — Adquirir, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis, desde que autorizada pelo conselho da Fundação e em consonância com as determinações do Ministério da Educação;

1.7 — Contratar o pessoal da Fundação e exercer a competência disciplinar respectiva.

2 — A comissão permanente reunirá ordinariamente, duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente ou pela maioria dos seus membros.

ARTIGO 17.º

Competências do presidente e vice-presidente da comissão permanente

1 — Compete ao presidente da comissão permanente a representação externa da Fundação, em cerimónias ou actos públicos.

2 — O presidente da comissão permanente representa activamente ou passivamente a Fundação em juízo e tem poderes para constituir mandatários judiciais.

3 — Compete ao vice-presidente do conselho da Fundação, coadjuvar o presidente e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos, bem como exercer todas as demais competências que por ele lhe sejam delegadas.

ARTIGO 18.º

Competências e funcionamento da direcção

1 — À direcção compete a gestão corrente da Fundação, nomeadamente:

- a) Elaborar as propostas de plano de actividades e de orçamento;
- b) Elaborar o relatório anual de actividades, o balanço e contas de cada exercício, coincidente com o ano civil;
- c) Elaborar o regulamento interno da Fundação;
- d) Gerir o património da Fundação;
- e) Gerir as actividades ou projectos promovidos pela Fundação ou em que esta intervenha;
- f) Praticar em geral, todos os actos necessários à gestão corrente da Fundação;
- g) Assegurar a gestão da Escola Profissional de Leiria.

2 — A direcção reúne com uma periodicidade mensal.

3 — A competência para a prática de actos de gestão corrente da Fundação que, pela sua natureza ou urgência, não possam aguardar a próxima reunião da direcção, é cometida ao presidente da direcção.

ARTIGO 19.º

Composição e competências dos membros da direcção

1 — A direcção é constituída por dois membros, presidente e vice-presidente, nomeados pelo conselho da Fundação.

2 — O presidente da direcção será, obrigatoriamente, uma personalidade com formação e currículo adequado na área da educação, ensino e formação profissional.

3 — Ao presidente da direcção competirá a coordenação da gestão corrente dos assuntos da Fundação e a direcção pedagógica da Escola Profissional de Leiria.

4 — Ao vice-presidente da direcção competirá substituir o presidente da direcção, nas suas faltas e impedimentos, bem como encarregar-se de áreas específicas de gestão que lhe venham a ser confiadas pelo presidente da direcção.

5 — O mandato dos membros da direcção é de três anos.

6 — A remuneração dos membros da direcção é fixada por deliberação do conselho da Fundação, sem prejuízo do respeito pelas normas fixadas pelo Ministério da Educação.

7 — Os membros da direcção podem ser exonerados no decurso do mandato, por deliberação maioritária do conselho da Fundação.

ARTIGO 20.º

Vinculação da Fundação

A Fundação obriga-se com as assinaturas do presidente da comissão permanente e do presidente da direcção, ou em caso de impedimento comprovado destes, pelos seus substitutos legais.

§ único. Exceptuam-se os assuntos de gestão corrente e de natureza técnico-pedagógica, para os quais a assinatura do presidente da direcção ou, em caso de impedimento comprovado destes, do seu substituto legal.

ARTIGO 21.º

Conselho fiscal

1 — O conselho fiscal é constituído por um presidente e um vogal, eleitos nos mesmos termos e em simultâneo e para iguais mandatos que os membros da comissão permanente e por um revisor oficial de contas.

2 — O regime de simultaneidade da nomeação e do período do mandato previsto no número anterior não se aplica se ocorrer a exoneração de qualquer dos seus membros, verificando-se então, a respectiva eleição em separado até ao fim do mandato.

3 — As funções do presidente e do vogal não revisor oficial de contas do conselho fiscal, serão exercidas sem vínculo e sem remuneração contratual.

ARTIGO 22.º

Competência do conselho fiscal

1 — Ao conselho fiscal são cometidos os mais amplos poderes para fiscalizar a actividade e funcionamento da Fundação, nomeadamente:

a) Fiscalizar o bom cumprimento da lei, dos presentes estatutos e das deliberações validamente tomadas pelo conselho da Fundação;

b) Proceder ao exame das contas da Fundação e respectivos documentos de suporte contabilístico;

c) Apreciar e emitir parecer sobre o balanço e contas de cada exercício anual;

d) Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja cometido para apreciação pelo conselho da Fundação.

2 — O conselho fiscal pode solicitar à comissão permanente e à direcção, todas as informações ou esclarecimentos, ou que lhe sejam facultados documentos que repute de necessários ao cabal exercício das suas funções.

ARTIGO 23.º

Conselho consultivo

1 — O conselho consultivo, órgão de constituição facultativa, será composto por:

a) Presidente da comissão permanente;

b) Presidente da direcção;

c) Presidente do conselho fiscal;

d) Instituições, empresas ou personalidades que possam contribuir para a realização de fins estatutários da Fundação, expressamente convidados pela comissão permanente.

2 — Os mandatos dos membros do conselho consultivo, não são temporalmente limitados, considerando-se válidos, enquanto não forem denunciados por qualquer das partes.

2.1 — O conselho da Fundação, pode determinar a perda de mandato de qualquer membro do conselho consultivo por razões de força maior.

ARTIGO 24.º

Competências e funcionamento

1 — O conselho consultivo é um órgão de consulta da Fundação, competindo-lhe dar parecer sobre as matérias submetidas à sua apreciação pela comissão permanente, nomeadamente:

a) Emitir pareceres sobre a actividade e projectos da Fundação;

b) Apresentar propostas e fazer recomendações relativamente a novas iniciativas a lançar ou a apoiar pela Fundação.

2 — O conselho consultivo reunirá, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a solicitação da comissão permanente.

Está conforme o original.

8 de Julho de 2004. — A Ajudante, *Graça Maria Cardoso Carreira*.
2005245097

ÓBIDOS

JOSÉ FERNANDO & MARTINS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Óbidos. Matrícula n.º 268/971020; identificação de pessoa colectiva n.º 503978647; data da apresentação: 28062004.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 2003.

8 de Julho de 2004. — A Ajudante, *Maria Estela Afonso de Campos dos Santos Timóteo*.
2004215356

DIV — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Óbidos. Matrícula n.º 257/970522; identificação de pessoa colectiva n.º 503878154; data da apresentação: 25062004.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 2003.

8 de Julho de 2004. — A Ajudante, *Maria Estela Afonso de Campos dos Santos Timóteo*.
2004215097

SUPERÓBIDOS — SUPERMERCADOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Óbidos. Matrícula n.º 328/990907; identificação de pessoa colectiva n.º 504547364; data da apresentação: 28062004.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 2003.

8 de Julho de 2004. — A Ajudante, *Maria Estela Afonso de Campos dos Santos Timóteo*.
2004215402

AMORA — SOCIEDADE DE FRUTAS FRESCAS DA AMOREIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Óbidos. Matrícula n.º 131/930428; identificação de pessoa colectiva n.º 500571546; data da apresentação: 28062004.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados os documentos de prestação de contas, relativas ao exercício do ano de 2003.

8 de Julho de 2004. — A Ajudante, *Maria Estela Afonso de Campos dos Santos Timóteo*.
2004215437

PROMÓBIDOS — VIAGENS, ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, AVENTURA, CONCEPÇÃO, PRODUÇÃO E MONTAGEM DE ESPAÇOS E ESTRUTURAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Óbidos. Matrícula n.º 262/970627; identificação de pessoa colectiva n.º 503901652; data da apresentação: 28062004.